

Pernambuco —, foi o entusiasmo em firmar um compromisso para a institucionalização de espaço participativo de discussão, reflexão e proposições de ações transformadoras sobre os diversos e complexos problemas que afligem o nosso país e angustiam a nossa sociedade.

Visando a dar maior objetividade ao encontro, decidiu-se pela elaboração de um documento base que pudesse orientar as análises iniciais do grupo, ficando o Professor Dr. Reginaldo Souza Santos responsável por essa tarefa inicial. Esse documento nortearia as reflexões e decisões a serem tomadas, posteriormente, pelos integrantes da nova rede social de pesquisa, consolidada em uma *Carta-Manifesto* que seria distribuída em âmbito nacional.

O presente texto se propõe, em primeiro lugar, a registrar a memória desse histórico evento, cujo compromisso fundamental era legitimar um espaço aberto de discussão sobre as principais e mais urgentes questões sociais brasileiras, com vistas a contribuir, de forma assertiva, para a elaboração, coletiva e participativa, de uma agenda “pública” capaz de transformar a atual situação das relações sociais de produção e distribuição do Brasil. Em segundo lugar, serão destacados os aspectos teórico-epistemológicos que têm orientado as discussões, reflexões e proposições realizadas pela Rede Social de Pesquisadores, criada no referido Evento. E, em terceiro e último lugar, pretende-se apontar, como conclusões do texto, os resultados e impactos alcançados com esse movimento no campo da pesquisa e da socialização do conhecimento.

Aspectos teórico-epistemológicos

Ao definir as responsabilidades, compromissos e expectativas dessa nova rede social de pesquisa, voltada para a promoção de reflexões e proposições que permitam à sociedade, ao Estado e aos governantes analisar, de forma crítica, o desempenho e resultados das ações públicas comprometidas com a promoção do desenvolvimento e inclusão social. Nesse sentido, uma das metas do Encontro ou Rede Social de Pesquisa em Administração Política é oferecer um banco de dados e informações consistentes sobre os aspectos administrativos que conformam a realidade econômica e social do país, bem como contribuir com a produção de uma agenda de ações prioritárias que possa servir de orientação à sociedade, de forma geral, e aos agentes públicos, de forma específica. Para atender a essa aspiração, o I Encontro de Administração Política de Garanhuns teve como propósito

definir as bases teórico-epistemológicas que deveriam orientar os debates e a formulação de proposições dirigidas à promoção de um novo e estruturante padrão de desenvolvimento para o Brasil, de sorte a garantir maior participação da sociedade, em especial dos indivíduos marginalizados, historicamente, das conquistas sociais nacionais.

Nessa direção, o documento norteador do evento, materializado no *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, elaborado pelo Professor Reginaldo Souza Santos, assumiu, naquele momento, um caráter filosófico e epistemológico, imprescindível para balizar os debates e dirigir a formulação da *Carta de Garanhuns* — documento oficial que passaria a representar a síntese das reflexões e proposições coletivas e simbolizaria a conformação da rede social de pesquisa.

O manifesto trouxe grandes inovações no que diz respeito ao papel científico da administração no processo de construção dos padrões históricos de gestão das relações sociais de produção e distribuição. Por outro lado, o texto suscita, também, discussões acaloradas devido ao estilo ensaístico e, principalmente, em razão de propor uma mudança radical do paradigma metodológico vigente, fundamentado no princípio que defende que a garantia da materialidade (bem-estar social) depende do alcance dos propósitos da estabilidade (política e econômica). Somente a partir da consagração dessa condição “ideal” é que se poderiam avaliar as possibilidades reais e/ou potenciais para promover a distribuição. Como afirma Santos (2009), como a probabilidade desse equilíbrio “perfeito” (e espontâneo) acontecer tem sido, historicamente, muito esparsa, conclui-se que a distribuição será sempre uma possibilidade remota ou relativizada, postergada para momentos de desenvolvimento satisfatório dos interesses privados. Essa situação é ainda mais grave e explícita em nações de tradição política conservadora e desenvolvimento econômico e social retardatário, como é o caso do Brasil e demais países latino-americanos.

Ao apresentar um texto que consegue integrar, ao mesmo tempo, aspectos acadêmicos, fundamentais para uma reflexão complexa e transformadora, com uma dimensão filosófica, quase literária, essencial para aproximar o fazer científico da realidade social. Com essas características, o documento consegue impingir uma nova proposição de democratização do conhecimento, na medida em que articula aspectos científicos (tidos como puros) com a dimensão normativa, prescritiva e gerencial, que deverão orientar a condução (o padrão de gestão, de Administração Política)

de novas relações sociais de produção e distribuição, respondendo, desse modo, ao “como” fazer a gestão (política e técnica) dessas novas possibilidades de sociabilidade.

Em síntese, o texto consegue articular também uma análise histórica, a partir do resgate do espírito crítico que emerge na Europa dos séculos XVIII e XIX, com a publicação do Manifesto Comunista, além de alcançar a memória recente da cultura brasileira, mediante o resgate dos discursos políticos dos movimentos críticos, ocorridos na primeira metade do século XX, no Brasil, inspirados no movimento modernista (nacionalista).

Para Santos (*ibidem*), o grande desafio a superar encontra-se, basicamente, no esforço que a academia deve fazer para superar os limites impostos, ideologicamente, à ciência moderna de se limitar a apenas ler e explicar a realidade, sem nenhum compromisso com proposições (direcionamento e condução) de mudanças (ações) que permitam uma transformação efetiva das relações sociais de produção e, distribuição hegemônicas.

O Brasil, infelizmente, não foge à essa regra, o que impõe à nova rede social de pesquisa desafios ainda maiores no sentido de orientar os seus membros a se despojarem de preconceitos, pautados, segundo o autor, em ideologias hegemônicas e excludentes (forâneas) e passar a ouvir e atentar para o que outros autores estão dizendo. Para Santos (2010), esse esforço só será possível se conseguirmos nos livrar de três preconceitos fundamentais:

1. É necessário termos a convicção intelectual de que é possível compreender melhor a realidade se pudermos nos libertar, ao menos parcialmente, dos esqueletos teórico-metodológicos produzidos externamente — que, normalmente, retrata uma realidade bem distinta da nossa;

2. Por não sabermos, apropriadamente, as soluções para a crise atual, preservando mais legitimadamente o capitalismo, falamos em crise dos paradigmas. Mas, o que vem a ser crise dos paradigmas? Quem constrói os paradigmas senão as ideias que produzem as próprias crises?

3. Faz-se necessário superarmos a postura bacharelesca, enciclopedista que afirma que o trabalho do acadêmico/pesquisador deve limitar-se às atividades de observar, expor e explicar as mazelas da sociedade; considerando, assim, que as tarefas de encaminhar, aconselhar e dirigir são atos inferiores e que devem, portanto, ficar sob a

responsabilidade da esfera política. Neste trabalho, que ora se inicia, o propósito é que devemos *Pensar e Agir*, a um só tempo — o que se contrapõe a tudo que vem sendo ensinado.

Como base epistemológica significativa para o aprendizado proposto pela nova rede social de pesquisa no campo da Administração Política, Santos introduz o **manifesto** com uma reflexão crítica sobre o seguinte paradoxo: *por que se fazem políticas públicas e qual a sua finalidade?* Para o autor, a resposta a esse questionamento encontra-se no fato de que, na sociedade capitalista, as responsabilidades de produzir e distribuir não têm sido atendidas na sua plenitude pelo mercado. Ressalta que, ao contrário desse princípio, parcela ponderável da produção social tem ficado, historicamente, sob a égide do Estado.

Nessa mesma direção, Santos avança para outro questionamento complementar, materializado no seguinte dilema (ibidem):

Sendo a ação do Estado voltada para atender a uma insatisfação manifestada pela sociedade, então, a mesma [a ação do Estado] só tem qualquer sentido se a finalidade última for eliminar a insatisfação manifestada — portanto, a angústia e o sofrimento dos mais necessitados.

Ao trazer essa provocação, o autor instiga o grupo a refletir, portanto, sobre os desafios e perspectivas do Estado, no contexto das relações sociais capitalistas de produção e distribuição, para garantir à “humanidade a superação do seu esforço cotidiano de produzir a materialidade para sobreviver como espécime da natureza” (ibidem). Se se analisam os avanços, a partir das inovações alcançadas pelo nível de desenvolvimento tecnológico, que têm permitido ao sistema capitalista alcançar uma extraordinária capacidade de produzir riqueza material, seria factível concluir, segundo o autor, que o alcance desse desiderato não estaria muito distante.

Entretanto, se se observa o atual estágio “civilizatório”, é possível confirmar, sem grande receio de cometer equívocos, que, paralelo aos avanços técnicos alcançados, emerge um processo perverso associado a esse movimento, vinculado, conforme ressalta o autor, à extraordinária capacidade do sistema capitalista de transformar parte da humanidade em algo abjeito, desprezível e sem possibilidades de acesso a qualquer porção da riqueza

produzida. O mais grave dessa situação, como ressalta Santos, é a constatação de que esse procedimento tem sido aceito como normal pela maioria da sociedade (ibidem).

Desse modo, pensar em um novo Projeto de Nação, que permita a promoção de um **Novo Padrão de Desenvolvimento para o Brasil**, exige refletir sobre novos parâmetros que redefinem condições mais adequadas e humanas de distribuição da renda e da riqueza socialmente produzida. O papel da academia é, portanto, advertir a sociedade, em particular a população mais jovem, de que o problema mais grave que nos aflige está vinculado, fundamentalmente, ao padrão de distribuição da riqueza produzida socialmente, conforme já havia alertado Keynes.¹ Nesse sentido, afirmamos que a correção dessa assimetria social só poderá ser assumida pelo Estado, a partir das demandas articuladas pela sociedade. Concordamos com Santos quando afirma que somente pelas políticas sociais é possível iniciar um processo para “antecipar a libertação do ser humano da sua obrigatoriedade de lutar, durante toda a sua existência, por uma materialidade que garanta a sobrevivência da espécie” (ibidem).

Enfatizando esse debate sobre a realidade brasileira, Santos introduz ulterior questão relevante, na tentativa de responder à seguinte questão: **[. . .] se não há uma impossibilidade técnica do capitalismo para realizar essa tarefa [de garantir a materialidade básica a todos os indivíduos], por que, então, esse trabalho permanece inconcluso?** A resposta do autor a essa indagação se pauta não apenas em algumas condições históricas adversas — a exemplo de tratar-se de um capitalismo tardio ou retardatário, onde se confirma a ausência de recursos naturais, baixo estoque de capital, longa permanência como país-colônia, baixa escolaridade e condições políticas não apropriadas —, mas também se deve a um equívoco metodológico, ainda pouco explorado, segundo o autor, no plano teórico e prático. A academia continua reproduzindo e reforçando esse modelo (padrão) metodológico clássico, mesmo reconhecendo que não tem capacidade limitada de respostas (teóricas e práticas).

Nessa direção, o autor vai resgatar as contradições impostas pela constituição do próprio sistema capitalismo moderno e contemporâneo, marcado por um processo histórico baseado, originalmente, por eventos violentos, diferenciados pelos saques, pilhagens e conquistas de novos espaços

¹ Keynes (apud: Santos, op. cit.).

(novo mundo). Ressalta ser “a espoliação [portanto] a marca originária e, ao mesmo tempo, permanente do modo de produção capitalista” moderno e contemporâneo (ibidem).

Em síntese, Santos afirma que a preocupação central desse movimento histórico tem se fundamentado na garantia de uma metodologia que tem como objetivo perseguir a *estabilidade nas relações sociais*. Afirma que as grandes inovações nesse pensamento hegemônico podem ser vistas apenas nas regras de poder, porque a essência dos interesses tem sido preservada com grande habilidade política. Para o autor, a metodologia adotada nesse período, e que tem sido preservada até a atualidade, se fundamenta na seguinte equação:

[. . .] (1) sair de uma situação de instabilidade e se encaminhar para uma situação de estabilidade, para, assim, (2) garantir as possibilidades de distribuição da renda e da riqueza socialmente produzida.

Uma análise crítica dos padrões de desenvolvimento do capitalismo moderno e contemporâneo nega essa máxima (metodologia), já que o que marca, de fato, a dinâmica desse sistema econômico tem sido a instabilidade e a incerteza. Nesse sentido, Santos tem razão ao afirmar que os instantes de estabilidade passam a ser exceções e não regra, o que implica, em consequência, que o alcance do bem-estar coletivo está em permanente dificuldade para se materializar, aprofundar e/ou consolidar. Tal decisão vai depender das tendências expansivas dos interesses do capitalismo. Se se considera essa análise como factível para uma leitura mais crítica da realidade, é possível concluir, segundo a proposta metodológica de Santos, “que, nessas condições, as políticas públicas tornam-se inócuas, se tomadas como parâmetro de avaliação a finalidade expressa no bem-estar”.

Para tanto, a base metodológica que deverá orientar as reflexões e proposições da nova rede social de pesquisa em Administração Política deveria ser modificada e tomar como referência fundamental de análise “que o objetivo do trabalho social é o bem-estar coletivo” (ibidem). Nesse sentido, como defende Santos, é essencial mudar a determinação metodológica do processo histórico de constituição e evolução do capitalismo, assumindo que o alcance da materialidade básica dos indivíduos e das sociedades humanas depende, essencialmente, do alcance da *estabilidade*.

Com base nessa nova metodologia crítica tem-se que o bem-estar social deve ser o ponto de partida desse movimento e não o contrário (ponto de chegada). Segundo o autor, se se parte de uma “noção de que para qualquer nível de renda (PQNR), tem-se uma dada política de distribuição/bem-estar coletivo”, é perfeitamente factível deduzir que nessas condições mais adequadas emergirá, sem provocar tantas distorções e injustiças como às que estamos assistindo, um padrão mais justo que oriente as relações sociais de produção e distribuição.

É importante ressaltar que não se trata de uma metodologia que tem como propósito, exclusivo, ampliar as possibilidades de socialização — comprometendo ou subvertendo os princípios do sistema econômico vigente. Ao contrário disso, muitos autores clássicos da Economia, a exemplo de Taylor, Keynes e Schumpeter, já haviam chamado a atenção para a possibilidade de as sociedades capitalistas alcançarem, em um momento determinado, um estágio estacionário, marcado pela reprodução simples do capital.

Entretanto, Santos sustenta que, apesar de essa probabilidade ser algo possível, conforme ressaltado pelos autores citados, o esforço que temos que fazer não implica que estejamos defendendo que o processo de acumulação seja paralisado automaticamente. O autor afirma, justamente, o oposto disso; isto é, que “a lógica de distribuição da renda e da riqueza seja o ponto inicial para a expansão da riqueza e não ao contrário” (ibidem). A inovação da metodologia proposta aqui está, portanto, no fato de se alterar o sentido da determinação do bem-estar, colocando esse desiderato como ponto inicial, de forma a garantir as condições fundamentais de sobrevivência e de convivência política.

Em linhas gerais, as bases teórico-epistemológicas e metodológicas que deverão orientar as reflexões e produção dessa nova rede social de pesquisa se fundamentam nos princípios básicos que possibilitem a recriação e aprofundamento da democracia.

O foco do grupo é, portanto, possibilitar espaços amplos de debates e proposições que contribuam, de forma assertiva, para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para tanto, urge consolidar ambientes que permitam a refundação da *política* (tomada aqui no seu sentido mais amplo e filosófico), na qual os valores egoísticos sejam plantados pela ocupação, progressiva, dos espaços públicos, pois somente mediante esse movimento será possível garantir o bem-estar coletivo.

Aspectos metodológicos

A direção metodológica que norteou a realização do **I Encontro de Administração Política de Garanhuns** não poderia ser distinta dos princípios democráticos e participativos, apontados na seção anterior. Desse modo, a própria convocação dos participantes para esse I Encontro refletiu o espírito inclusivo e abrangente desejado pelos organizadores, que contou com um público qualificado e privilegiado, representado por parceiros institucionais (Eba/FGV, Easp/FGV e Hucitec) e por estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Administração, gestores públicos e profissionais liberais. Esse nível de comprometimento tem permitido, pois, a institucionalização desse novo campo do conhecimento, denominado de Administração Política.

Essa conformação diversificada de atores refletiu, portanto, o formato como vem sendo desenvolvido o próprio campo de pesquisa em Administração Política na Escola de Administração da UFBA, iniciada no início dos anos 1990.

Conforme difundido em nossas produções científicas, a origem desse movimento inovador, que emerge das inquietações de um profissional insatisfeito com o perfil clássico da formação em Administração (o Professor Doutor Reginaldo Souza Santos), mas que só ganha força e se consolida mediante a adesão qualificada de diversos estudantes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Administração da UFBA. Progressivamente, foram sendo incorporados alguns docentes e simpatizantes que passaram a atuar como uma espécie de “mecenato intelectual” (oferecendo apoio emocional e psicológico ao grupo emergente); o que permitiu manter acesa a chama filosófico-epistemológica até o alcance da autonomia acadêmica e reconhecimento institucional e social, necessários para a legitimidade desse esforço intelectual inovador.

Como já destacado, o movimento progressivo e continuado de aderência à essa rede social de pesquisa em Administração Política ganha força com o comprometimento formal da Hucitec (editora reconhecida nacional e internacionalmente) que tem apoiado, incondicionalmente, esse inovador movimento acadêmico e da Fundação Getúlio Vargas, manifesto pela Ebape/RJ e Eaesp/SP — instituições universitárias de reconhecido comprometimento acadêmico.

Após dezessete anos de pesquisa, é possível, hoje, apresentar um balanço positivo dessa nova área de estudos em Administração Política,

expresso na realização das seguintes atividades/ações: (a) discussões/debates realizados com os alunos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Administração da UFBA; (b) palestras em diversas instituições universitárias e organizações públicas e privadas (em âmbito local, regional, nacional e internacional); (c) realização de eventos científicos regulares (em âmbito nacional, local e, agora, internacional),² desde o ano de 2006; e (d) ampla e diversificada produção científica (com destaque para a produção de duas edições do livro clássico *A administração política como campo do conhecimento* e a publicação de um periódico nacional, denominado de **Rebap** — *Revista Brasileira de Administração Política*).

Esse movimento “democrático” tem permitido a formação de uma equipe de pesquisadores interdisciplinar, constituída por Administradores, Economistas, Historiadores, Cientistas Sociais e pesquisadores de outras áreas do conhecimento interessados no tema. O resultado natural desse processo de constituição de uma rede social ampla e diversificada de pesquisadores (não vinculados, exclusivamente, ao mundo acadêmico) tem permitido a conformação de um perfil diferenciado e particular.

Por essa razão, o planejamento do **I Encontro de Administração Política**, realizado em Garanhuns, refletiu, espontaneamente, essa metodologia participativa e inclusiva, possibilitando, assim, uma ampla socialização do processo decisório, da condução metodológica do evento e da construção dos produtos desejados. Para viabilizar o alcance desses objetivos (ambiciosos), decidiu-se pela necessidade de elaboração de um documento norteador que deveria guiar a discussão preliminar da rede social de pesquisa. O propósito da equipe organizadora era oferecer, portanto, subsídios teórico-epistemológicos e metodológicos para encaminhar a discussão preliminar do ideário que deveria integrar a Carta denominada, inicialmente, de *Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*.

Essa árdua e desafiante tarefa ficou a cargo do Professor Doutor Reginaldo Souza Santos, que produziu o documento preliminar denominado **Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**. Esse texto tornou-se o instrumento básico do evento, integrador e articulador da discussão proposta.

Visando a cumprir esse objetivo, o documento foi socializado entre

² I Colóquio Internacional em Administração Política para o Desenvolvimento Regional, organizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz — Uesc/BA, realizado no período de 4 a 6 de outubro de 2010, na cidade de Ilhéus/BA.

todos os convidados a participar do evento. A orientação da equipe responsável pela coordenação do encontro foi a seguinte: todos deveriam ler o original antes do Encontro de Garanhuns, não apenas para se preparar para a atividade, mas, fundamentalmente, para estabelecer um diálogo inicial sobre o tema, dando, assim, maior racionalidade e objetividade à nova rede social de pesquisa em Administração Política. Após a leitura crítica do documento, todos foram orientados a encaminhar comentários, sugestões e/ou críticas para o autor do Manifesto, de forma a agregar novas contribuições ao texto original, permitindo, assim, maior aprofundamento dos aspectos teórico-epistemológicos e metodológicos que deveriam orientar as discussões indicadas.

Com as respostas recebidas foi possível organizar as atividades que integrariam o evento, bem como planejar a metodologia mais apropriada para o perfil e expectativas do evento. Desse modo, na manhã do primeiro dia do encontro foram iniciados os trabalhos com a apresentação e discussão do documento norteador (**Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**). Esse momento foi fundamental para a preparação das etapas posteriores do evento, pois permitiu colocar em pauta os temas mais relevantes para que o campo da Administração pudesse se estruturar para assumir, definitivamente, o papel e funções que lhe cabem na gestão e planejamento da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil.

Naturalmente, na presença de um texto tão denso e complexo, em razão da função que passou a desempenhar na estruturação da rede social idealizada, surgiram muitas dúvidas manifestas, particularmente, por atores que ainda desconheciam o conceito e aspectos teórico-epistemológicos da Administração Política. A discussão posta contornou os limites impostos ao campo da Administração Clássica, caracterizada pela instrumentalidade e subordinação científica, legitimada desde o século XIX, a partir do pensamento da escola científica (liderada por Taylor e Fayol).³

Após a conclusão dessa etapa introdutória e niveladora, que cumpriu a função de apresentar os parâmetros e objetivos que deveriam orientar o Fórum, os participantes foram convidados a se agruparem por temas de interesse para, assim, aprofundar a discussão sobre os desafios impostos

³ Reginaldo Souza Santos (org.). *A Administração Política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2009. A esse movimento tecnicista da administração o autor denomina de Administração Profissional.

para a elaboração de uma proposta teórico-epistemológica e metodológica que possibilitasse ao campo da Administração — **Administração Política** — assumir liderança legítima ao propor um novo **modelo de gestão para o Desenvolvimento do Brasil**. Os subgrupos deveriam apresentar proposições, nas suas respectivas áreas de conhecimento administrativo que seriam integradas, posteriormente, ao conteúdo do documento-síntese do evento, denominado de **Carta de Garanhuns: uma Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**.

Ao perseguir essa orientação, a realização do **I Encontro de Administração Política de Garanhuns** conseguiu comprometer e envolver todos os manifestantes na definição da temática geral que orientaria a reflexão e proposições do coletivo: **Administração Política do Desenvolvimento: Significado, Educação e Processo de Institucionalização**. Após essa definição mais ampla, os participantes se reagruparam, a partir da identificação dos seguintes subtemas:

- ◆ **TEMA 1** — Aspectos Teórico-Epistemológicos da Administração Política e a Ressignificação do Conceito de Desenvolvimento
- ◆ **TEMA 2** — Responsabilidade Social da Administração Política
- ◆ **TEMA 3** — O Ensino da Administração para o Desenvolvimento
- ◆ **TEMA 4** — Ideologia e Política na Administração para o Desenvolvimento

Dentre os principais desafios que esse esforço coletivo demandou, pode ser destacada, em primeiro lugar, a necessidade de superação de alguns entraves naturais que emergiram na hora de definir a ordem/ênfase de prioridades apontada por cada subgrupo; em segundo lugar, fazer uma síntese de todas as abordagens apresentadas pelos quatro subgrupos, de forma a preservar as falas de todos e, ao mesmo tempo, estabelecer uma síntese lógica que representasse a essência da discussão e contemplasse as contribuições mais relevantes produzidas pelo coletivo; e, em terceiro lugar, elaborar um texto com linguagem acessível, capaz de ser compreendida por um público acadêmico e também por qualquer cidadão que manifeste interesse em ler o documento. Todo esse esforço deveria, ainda, preservar o sentido crítico, educativo e informativo imprescindíveis para uma “Carta-Manifesto”.

Felizmente, graças ao empenho e às competências manifestas no coletivo que conforma essa nova rede social de pesquisa, todos esses desafios foram superados, permitindo, pois, o alcance dos propósitos do I Encontro

— evento formalizador de um novo processo de produção científica, pautado não apenas na reflexão (teórico-epistemológica), mas comprometido, também, com definição de medidas interventivas que possibilitem ações transformadoras da nossa injusta realidade social, política e econômica.

Como forma de preservar a memória desse esforço coletivo, foi sugerido pela plenária que o documento norteador do evento, plasmado no **Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**, elaborado pelo Professor Doutor Reginaldo Souza Santos, também fosse amplamente divulgado, junto com a Carta. Esse esforço representaria, pois, o respeito ao esforço do autor, ao escrever um texto tão amplo e complexo, contendo as orientações básicas para uma discussão tão urgente e relevante para o futuro do nosso país, bem como acataria o empenho dos demais participantes que leram e criticaram o referido documento e, de uma forma direta ou indireta, tomaram-no como base para a reflexão e proposições realizadas no evento.

À guisa de conclusão: principais resultados do I Encontro de Administração Política de Garanhuns

Além dos resultados já mencionados anteriormente, cristalizados no Manifesto e na Carta, documentos amplamente difundidos em âmbito nacional e estadual, cabe ressaltar outros impactos relevantes, resultantes desse I Encontro, conforme indicado a seguir:

a) a formação de uma nova rede social, constituída por atores diversos — instituições, acadêmicos, estudantes, profissionais liberais e gestores públicos — e comprometida com a produção de reflexões críticas e elaboração de proposições que permitam à sociedade brasileira redirecionar suas políticas de desenvolvimento, de forma a garantir possibilidades reais de transformação do quadro social que se cristalizou na nossa sociedade;

b) a criação de um Fórum Permanente de Discussão de Administração Política (Virtual), com o objetivo de dar maior visibilidade às pesquisas e produções científicas da rede, bem como permitir maior interação dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, com os propósitos do grupo;

c) o apoio institucional recebido por diversas instituições (públicas e privadas) para a realização do evento em Garanhuns, com

especial destaque para o apoio do BNB (maior patrocinador), da FEA — Fundação Escola de Administração da UFBA, da Editora Hucitec, da PricewaterhouseCoopers Brazil, da Instituto Sócrates Guanaes, da KM Precision, e do Sebrae/BA, o que simboliza o reconhecimento social da nova área do conhecimento, denominada de Administração Política.

Como já mencionado anteriormente, a CARTA DE GARANHUNS, cujo propósito foi propor à sociedade brasileira alguns pontos proeminentes e urgentes para orientar a concepção de ações públicas (envolvendo o Estado e a sociedade) em uma mesma intencionalidade comprometida com o desenho e fundação de *UMA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL*.

Cabe concluir este texto enfatizando os pontos norteadores assinados na Carta de Garanhuns voltados para mobilizar a sociedade brasileira em torno das questões mais relevantes e urgentes que atendam à necessidade de se promover um novo padrão de desenvolvimento social que comporte diretrizes e ações estratégicas comprometidas com a inclusão social.

Nessa direção, foram destacados no documento os seguintes tópicos:

1. Análise crítica sobre o significado de desenvolvimento;
2. O papel da Administração Política nesse processo;
3. Institucionalização de formas de ações conscientes para a disseminação social dessa ideia;
4. A natureza ideológica dos processos políticos em Administração;
5. Incentivos à investigação, resgatando o pensamento social brasileiro e seus intérpretes;
6. Ampla disseminação dessa problemática junto às instituições acadêmicas, às entidades fomentadoras de investigação científica, às organizações de representação social e cultural, para o investimento em pesquisas focadas na Administração Política;
7. Engajamento de outros atores sociais no processo de difusão e implantação da ideia de desenvolvimento.

Referências

- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *A administração política como campo do conhecimento*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- . *A economia política contemporânea e o pouco que sabemos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto de Economia e Gestão, 1999.
- . *Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil*. Salvador, 2010 (mimeo).
- . Keynes e a administração política do capitalismo. *Rebap*, n.º 3, Salvador: Hucitec, 2009.
- SANTOS, Reginaldo Souza & Ribeiro, Elizabeth Matos. A administração política brasileira. *RAP*, Rio de Janeiro, n.º 4, 1993.
- RIBEIRO, Elizabeth Matos. Los modelos de administración política brasileño y español. *RAP*, Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 5, 2001.
- UBALDO, João. Administração e política. *O&S*, n.º 37/38, Salvador, 2006.

Resumo

Este artigo é fruto do esforço intelectual que vem sendo empreendido pela equipe de pesquisadores da Escola de Administração da UFBA e de outros parceiros institucionais e individuais, comprometidos com a consolidação de uma *rede social de pesquisa no campo da Administração Política* (formada por instituições, acadêmicos, estudantes e profissionais liberais). O objetivo da rede é ampliar e inovar na compreensão crítica acerca dos fatores administrativos que tem dificultado a promoção do Desenvolvimento do Brasil. O presente texto se propõe, em primeiro lugar, a registrar a memória desse histórico evento, cujo compromisso fundamental era legitimar um espaço aberto de discussão sobre as principais e mais urgentes questões sociais brasileiras, com vistas a contribuir, de forma assertiva, para a elaboração, coletiva e participativa, de uma agenda “pública” capaz de transformar a atual situação das relações sociais de produção e distribuição do Brasil. Em segundo lugar, serão destacados os aspectos teórico-epistemológicos que têm orientado as discussões, reflexões e proposições realizadas pela Rede Social de Pesquisadores criada no referido Evento. E, em terceiro e último lugar, pretende-se apontar, como conclusões do texto, os resultados e impactos alcançados com esse movimento no campo da pesquisa e da socialização do conhecimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento do Brasil; Rede Social.

Abstract

This article is the result of intellectual effort that is being undertaken by the team of researchers from the Escola de Administração da UFBA and other institutional and individual partners, committed to the consolidation of a social network research in the field of Administration Policy (formed by institutions, academics, students and professionals). The network's objective is to expand and innovate on critical understanding surrounding the administrative factors that has hindered the promotion of

development in Brazil. This text proposes, first, to record the memory of that historic event, whose fundamental commitment was to legitimize an open space of discussion on the main and most urgent social issues in Brazil, aiming to contribute, assertively, to prepare, in collective and participatory ways, a public agenda which is capable to transform the current situation of the social relations of production and distribution in Brazil. Secondly, it will be highlighted the theoretical and epistemological aspects that has guided the discussions, reflections and proposals made by the social network of researchers established in that event. And third and finally, we intend to point out, as conclusions of the text, results and impacts achieved with this movement in the field of research and knowledge socialization.

Keywords: Development of Brazil; Social Network.